

**Contribution of the Brazilian Government in relation to the issues covered in resolution A/HRC/35/23 entitled “The right of everyone to the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health in the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development”**

**(original in Portuguese followed by English version)**

**O DIREITO À SAÚDE PARA A EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RELACIONADOS À SAÚDE**

Construída sobre a experiência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a nova Agenda de Desenvolvimento tem como desafio estruturar, de forma simultânea e equilibrada, os esforços globais em prol da erradicação da pobreza e da integração efetiva das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, é importante destacar o compromisso do governo brasileiro de desenvolver políticas públicas que promovam o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental;

 Nesse contexto, o Brasil defende a ideia da governança em prol da saúde por acreditar que o setor da saúde contribui de maneira direta para a construção de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável;

O caráter indivisível e integral dos ODS traz a intersetorialidade como elemento central da nova agenda, seja no que se refere à governança, ao monitoramento e avaliação, à definição de prioridades ou até mesmo ao financiamento e à mobilização de recursos. Por isso, todas as ações destinadas a abordar os determinantes sociais da saúde, visando a reduzir as inequidades em saúde, devem ser apoiadas e incentivadas;

Para o Brasil fortalecer o acesso universal é o principal aspecto quando se trata de garantias e direitos. Se há o entendimento de que os sistemas de saúde são primordiais para a nova agenda, deve haver também o alargamento conceitual acerca da cobertura universal como meta, a fim de incluir todos os diferentes sistemas de saúde no rol dessa agenda. O nosso entendimento é o de que uma agenda global que tenha o propósito de ampliar a cobertura de serviços não deve ser centrada no oferecimento de serviços essenciais ou de pacotes mínimos à população, e sim, no acesso universal a uma saúde de qualidade, integral e oportuna;

A meta ODS 3.8 (Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos) é atualmente um dos pilares da nova gestão da OMS, convertendo a cobertura universal de saúde em meta chave que sustentará o êxito das demais;

No Brasil a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado. O texto constitucional brasileiro possibilitou a construção de um sistema universal e gratuito, com vistas a garantir a saúde das pessoas em sua integralidade. Tendo em vista que em alguns foros a cobertura universal surge como uma proposta de pacotes mínimos de serviços como elemento essencial para garantir o direito à saúde, a relação entre o direito do cidadão e a cobertura universal precisa ser melhor discutida entre os países. Sem o acesso universal oportuno e eficaz, a cobertura universal se transforma em uma meta inatingível;

O Brasil tem enfatizado a importância de que a implementação dos ODS esteja amparada na perspectiva da inclusão, da equidade e da implementação efetiva dos direitos humanos consagrados nos diversos instrumentos internacionais que buscam garantir a igualdade a grupos vulneráveis, como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994), a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), a Declaração e o Plano de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância (2001), entre outras.

O foco na inclusão está alinhado à defesa permanente pelo Brasil da participação plena e efetiva da sociedade na discussão e na implementação de políticas de desenvolvimento. Do ponto de vista do Brasil, a superação das desigualdades é uma diretriz central para aperfeiçoar o marco internacional voltado para o desenvolvimento. É importante, nesse sentido, que os esforços para o cumprimento dos ODS estejam voltados para o combate às desigualdades intra e entre os países;

Acreditamos que cabe aos ODS um foco claro na promoção da equidade. Nesse sentido, o Brasil tem defendido a incorporação não apenas do conceito de igualdade de oportunidades, como também do conceito de igualdade de resultados. Por isso é necessário avançar em políticas públicas, em especial no que se refere ao acesso à saúde, de modo a corrigir as desigualdades de resultados, como, por exemplo, as diferenças salariais baseadas em condições de gênero, de raça ou de deficiência;

A produção de dados desagregados é outro ponto importante para o cumprimento dos ODS, em especial no que se refere ao monitoramento de políticas que levem em conta as necessidades de grupos vulneráveis e marginalizados, visando à garantia do direito à saúde;

No âmbito do acesso universal à saúde e da cobertura universal de saúde, as estratégias de saúde que asseguram acesso oportuno e de qualidade para todas as pessoas requerem solidariedade para promover e oferecer proteção financeira. Para isso, é necessário o agrupamento (pooling) solidário de recursos e avançar rumo à eliminação do pagamento direto, que se transforma em barreira para o acesso no momento da prestação dos serviços;

Os sistemas de saúde eficientes e participativos requerem um compromisso da sociedade, com mecanismos claros de inclusão, transparência, prestação de contas, participação multissetorial, diálogo e consenso entre os diferentes atores sociais, como também um compromisso político firme e de longo prazo na formulação de políticas, legislações, regulamentações e estratégias voltadas ao acesso a serviços integrais, oportunos e de qualidade;

Atualmente, o maior problema do SUS e também de muitos outros sistemas de saúde é o subfinanciamento público. Por isso, um dos grandes desafios do ODS 3 é encontrar alternativas voltadas para a organização, a gestão e a prestação de serviços, tendo como base o princípio da transparência, que permitam promover sistemas universais de saúde equitativos, abrangentes, de qualidade e com financiamento adequado;

Por outro lado, o Brasil tem grande experiência e protagonismo em atenção primária, possuindo a maior política de atenção primária do mundo, a Estratégia Saúde da Família. A atenção básica é a principal porta de entrada do sistema de saúde, iniciando-se com o ato de acolher, escutar e oferecer resposta resolutiva para a maioria dos problemas de saúde da população, minorando danos e sofrimentos e responsabilizando-se pela efetividade do cuidado, ainda que este seja ofertado em outros pontos de atenção da rede, garantindo assim sua integralidade.

**NON OFFICIAL TRANSLATION**

The right to health for the effective implementation of the sustainable development goals related to health

Built on the experience of the Millennium Development Goals, the 2030 Agenda is faced with the challenge to structure, in a simultaneous and balanced way, global efforts for the eradication of poverty and for the effective integration of the economic, social and environmental dimensions of sustainable development. In this sense, it is important to highlight the commitment of the Brazilian government to the development of public policies that promote economic growth, social inclusion and environmental protection.

Brazil defends the concept of governance in the health sector because it contributes directly to the creation of a more inclusive and sustainable development model.

The SDGs have an indivisible and integral nature, therefore intersectoral aproaches are a central element of the new agenda, be it with regard to governance, monitoring and evaluation, prioritization or financing and resource mobilization. Therefore, all actions which address the social determinants of health must be supported and encouraged, aiming at reducing health inequities.

For Brazil, when it comes to guarantees and rights, the main aspect to be considered is the strengthening of universal access. Since health systems are crucial elements in new agenda, there should be a broader understanding of universal coverage as a goal, in order to include all different health systems. We believe that a global agenda which aims at expanding coverage of services should not only be focused on the provision of essential health services or minimal health packages to the population, but on universal access to quality, integral and timely health.

The SDG 3.8 (Achieve universal health coverage, including financial risk protection, access to quality essential health-care services and access to safe, effective, quality and affordable essential medicines and vaccines for all) is currently one of the pillars of the WHO administration, with a view to turning universal health coverage into a key goal that will support the achievement of the others.

In Brazil, health is a right for every citizen and a duty of the State. The Brazilian Constitution provided for the creation of a universal and free health system to protect people’s health in an integral way. Since in some jurisdictions universal coverage may be understood as the provision of minimum packages of services to guarantee the right to health, the relation between citizens' rights and universal coverage needs to be further debated among countries. Universal coverage becomes an unattainable goal without timely, universal and effective access.

Brazil has emphasized that the SDGs must be implemented with an inclusive and equitable approach, taking in consideration the need to effectively implement the human rights enshrined in various international instruments that seek to ensure equality to vulnerable groups, such as the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (1965), the Convention on Elimination of All Forms of Discrimination against Women (1979), the Convention on the Rights of the Child (1989), the Inter-American Convention on the Prevention, Punishment and Eradication of Violence against Women (1994), the International Convention on Rights of Persons with Disabilities (2006), the Declaration and the Plan of Action of the World Conference against racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance (2001), among others.

This focus on inclusion is in line with Brazil’s permanent advocacy for full and effective participation of society in the discussion and implementation of development policies. From Brazil's point of view, overcoming inequalities is a central guideline to improving the international framework for development. It is important, in this sense, that the efforts to comply with the SDGs focus on combating inequalities within and among countries.

We believe that the SDGs must have a clear focus on the promotion of equality. In this sense, Brazil defends the incorporation not only of the concept of equality of opportunities, but also of the concept of equality of results. It is necessary to move forward in public policies, especially with regard to access to health, in order to correct inequalities of outcomes, such as wage gaps based on gender, race or disability.

The production of disaggregated data is another important aspect of compliance with the SDGs, especially regarding the monitoring of policies which take under consideration the needs of vulnerable and marginalized groups, aiming at ensuring the right to health.

Within the context of universal access to health and universal health coverage, health strategies which ensure timely and quality access to all people require solidarity in order to promote and provide financial protection. For this reason, it is important to pool resources and to take steps towards the elimination of direct payment, which becomes a barrier to access at the moment of the provision of services.

Efficient and participatory health systems require a commitment from society, with clear mechanisms of inclusion, transparency, accountability, multisectoral participation, dialogue and consensus among the different social actors, as well as a firm and long-term political commitment in the formulation of policies, legislation, regulations and strategies focused on access to comprehensive, timely and quality services.

Currently, the main problem of the Brazilian Unified Health System (SUS) and of many other health systems is underfunding. Therefore, one of the major challenges of the SDG 3 is to find alternatives for the organization, the management and the provision of services, based on the principle of transparency, in order to provide equitable, comprehensive, universal and quality health systems, with adequate funding.

On the other hand, Brazil has a lot of experience in primary care, having the largest primary care program in the world, the Family Health Strategy. Primary care is the main door to the health system. It starts with the act of receiving, listening and offering an effective response for most of the population's health problems. It reduces damages and grievances and provides effective care, even if the service is also offered elsewhere in the health network, in order to guarantee its coherence.